

Gestão, uso e educação patrimonial: patrimônio de quem e para quem?

Rahyan de Carvalho Alves

da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais - Brasil
rahyan.alves@unimontes.br

José Antônio Souza de Deus

da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais - Brasil
jantonio.deus@bol.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo destacar a importância do uso e gestão dos patrimônios culturais e a urgência do desenvolvimento, com maiores eficiência e assertividade, de programas de educação patrimonial. Para tanto, utilizou-se como metodologia: retrabalhamento bibliográfico tratando, principalmente, dos seguintes temas: memória, patrimônio e educação. Percebe-se a necessidade do diálogo e (des)construção conjunta dos governos, órgãos, institutos, departamentos, superintendências, secretarias, conselhos e afins que respondem pela preservação do Patrimônio Cultural em parceria com a sociedade civil, pautados em um projeto de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio de maneira a abarcar a variedade de identidades e povos, possibilitando ao sujeito-cidadão fazer a leitura do mundo que o rodeia para levá-lo à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido de forma mais ampla (socialmente debatida no contexto escolar e da comunidade), e também, crítica e propositiva.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Identidade. Educação. Sociedade.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo destacar a importância do uso e gestão democrática e participativa dos patrimônios culturais e a urgência de do desenvolvimento, com maiores eficiência e assertividade, de programas de educação patrimonial. Para tanto, estruturou-se o trabalho em dois segmentos. No primeiro momento apresenta-se reflexões sobre a necessidade de se pensar a Gestão e Uso dos Patrimônios Culturais de forma plural e propositiva; e em seguida é desenvolvida uma breve discussão sobre a importância da educação patrimonial ativa. Por fim, se apresenta algumas considerações finais sobre a discussão abordada. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, contextualização e sistematização das informações e problematização/ reflexão crítica sobre os conceitos e temas apresentados.

Percebe-se a necessidade do diálogo e (des)construção conjunta dos governos, órgãos, institutos, departamentos, coordenadorias, gerências, fundações,

superintendências, secretarias, conselhos e afins que respondem pela preservação do Patrimônio Cultural em parceria com a sociedade civil, pautados em um projeto de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio de maneira a abarcar a variedade de identidades e povos, possibilitando ao sujeito-cidadão fazer a leitura do mundo que o rodeia e levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido de forma mais ampla (socialmente debatida no contexto escolar e da comunidade), crítica e plural.

Gestão e Uso de um Patrimônio Cultural

Ao englobar o patrimônio cultural como um conjunto de concepções tangenciadas pela relação memória e história, se pode afirmar que é na relação conceitual com o Espaço que o patrimônio se inscreve, e mais precisamente, no espaço social, onde diversos grupos humanos negociam significados, onde se formam disputas simbólicas que podem remeter à legitimação, em termos culturais, de um bem (BOURDIEU, 2007). Diversas são, aliás, as formas de se interpretar o conceito de patrimônio, porque os elementos referenciados são tomados a partir da adoção de perspectivas distintas em virtude do lugar de enunciação dos quais emanam. Mas, é precisamente diante da abertura e da possibilidade ampla acordada ao conceito de patrimônio que surgem questões sobre seus limites e alcances em termos de aplicação e uso (AMIROU, 2000).

Assim, se percebe que existe uma diversa e complexa noção de patrimônio em diferentes campos do conhecimento, tal como na: Geografia, Sociologia, Arquitetura e História. Essa última foi, em especial, responsável por promover importantes contribuições na relativização do que seja o patrimônio - i-material, seus usos, aplicações e diferentes percepções dadas a ele por diferentes grupos sociais -, contribuições essas que são, inclusive, apropriadas por diferentes movimentos espontâneos da sociedade civil e por instituições oficiais que, em certa medida, buscam o resgate, e perpetuação da identidade mediante a valorização de um bem (MENEZES, 2012).

Como assinala Oliven (2009) deve-se ter cuidado com o que é posto como patrimônio, pois “[...] temos agentes que detêm o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio. Esses guardiões do patrimônio [é que] definem o que é digno de ser preservado” (OLIVEN, 2009, p. 80). E, talvez a crítica mais contundente ao que seja caracterizado como patrimônio esteja na excessiva preocupação da preservação de um bem sem, muitas vezes, se promover, em paralelo, o estudo contínuo da relação que é estabelecida entre ele e a natureza de sua qualidade, a qual - deve-se ressaltar-, é definida pelo povo, que é o ator que fundamentalmente o legitima, pois é a comunidade, em

primeira instância, quem o usa, quem o vivencia e quem estabelece, constrói com ele, relações mediadas pelos encontros aí promovidos, **no cotidiano**. E, tal processo ocorre quando a comunidade percebe o **patrimônio como símbolo identitário**, como representação social guardada na memória, e passível de ser preservada como componente cultural indissociável do dia a dia (ALVES, SILVA & DEUS, 2019).

Le Goff (1996) acredita que a memória se ocupa mais da ideia de coletividade do que de lembranças individuais, pois se trata de uma dimensão da realidade que reelabora a representação do passado e elenca o que se define como mais ou menos relevante em termos de grupo/coletivo. Sendo assim, as questões de formação da memória coletiva passariam, para o autor, pelo crivo das lutas pelo poder, especialmente, porque grupos, gêneros e etnias se esquecem ou se lembram daquilo que lhes permite ter o domínio, a força e os mecanismos de manipulação e manutenção da esfera coletiva. A memória emergiria como força de representação de uma conquista, de um livramento, de uma emancipação social. Conforme assinala ainda Le Goff (1996, p.57) “[...] a memória coletiva não é apenas uma conquista: [ela] é também um instrumento e um objetivo de poder, é um meio que se faz possível à recordação e a tradição, aí está a manifestação da memória vinculada ao patrimônio”.

De acordo com Thompson (2005), a memória cultural estaria associada, por sua vez, à capacidade de compreensão do indivíduo e, em especial, ao seu interesse em manter viva a lembrança. É nessa perspectiva que o autor destaca que independentemente de quais sejam o motivo e a precisão dessa memória, ela estaria acoplada ao interesse e necessidade sociais, e é infimamente maior quando há interesses genuinamente autênticos de grupos envolvidos.

Assim, o processo de formação do patrimônio cultural, para melhor ser compreendido, seria pensado a partir da relação estabelecida com o contexto geohistórico e de outros campos do conhecimento, já que, devido à sua complexidade, ele admite olhares diversificados. E, esses olhares e formas de apreensão do processo de patrimonialização não só enriquecem a percepção da noção de memória como colocam em evidência questões acerca das formas de apropriação e preservação dos elementos constitutivos da identidade coletiva, bem como da formação e afirmação dos lugares da memória e suas possibilidades de uso.

Desse modo, é importante ressaltar que são significativas as demandas sociais que se presentificam através da perspectiva patrimonial e que convertem os **bens patrimoniais no próprio sentido da história** (NORA, 1992). E é nessa perspectiva que a compreensão do Patrimônio, ancorado nos aspectos que constroem o sentido de

memória, se torna uma apreensão quase que obrigatória, dado que as mudanças funcionais e estruturais de muitos bens são ameaçadas por mudanças estruturais, por vezes, implementadas ou desenvolvidas sem o respaldo da população ou criadas de uma maneira intransigente e intencional, ao alterar o sentido de lugar, do patrimônio, das memórias, da continuidade da vida (CARSALADE, 2014).

Existem vários exemplos de alterações estruturais ou funcionais do patrimônio que afetam (in)diretamente a história e o presente do povo que ali vive, dado a opacidade de uma gestão colaborativa e dialógica entre os órgãos e poder público e a população. Pode-se citar, por exemplo: *i)* Os casos do novo urbanismo, associado às políticas neoliberais e à globalização econômica dos anos 90¹, tomando como referência o Planejamento Estratégico desenhado para a renovação urbanística que resulta em alterações em paisagens, como as provocadas no cenário patrimonial da cidade do Rio de Janeiro (RJ), por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, que transformaram a dinâmica social e, até certo ponto, modificaram o reconhecimento do lugar derivado da privatização do espaço público (PAES, 2017).

Vale destacar também: *ii)* Em 1930, o processo de gentrificação no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador (BA), que acentuou o processo de desigualdade espacial da população na interface centro e periferia e todo o desdobramento dele inerente (RIBEIRO, 2016); e *iii)* As ações político-econômicas advindas de programas governamentais iniciadas em 2002 no município de Penedo (AL), que resultaram em alterações estruturais e funcionais dos centros históricos para atender ao turismo cultural (gentrificação e descaracterização dos bens para torná-los esteticamente comerciais), causando impacto na vida da população ao modificar a rotina dos moradores (*insiders*) e acentuar o “desconhecimento” dos patrimônios (RAMOS, 2017).

Isso acontece em meio ao modo que, muitas vezes, se concebe o planejamento urbano justificado devido à localização de empreendimentos em certas áreas de cidades que detêm patrimônios, quando, por sua vez, se desarranja as percepções sensoriais dos sujeitos, em função de alterações das paisagens (SANTOS, 1988). Definitivamente, não nos colocamos, contudo, contra a inovação da paisagem, ao contrário, entendemos que a “[...] paisagem contemporânea deverá ser, cada vez, mais a paisagem híbrida, construída como um **palimpsesto** [...] que exige a convivência de várias paisagens, ritmos, percepções e escalas [...]” (LUCHIARI, 2001, p. 23, **grifo nosso**), uma vez que, se observa que ela não se constrói em uma história congelada, mas participa de forma ativa

¹ Século XX.

do momento histórico que vivemos. Porém, a relação da mutação de um bem tombado deve necessariamente ser conhecida e respaldada pelo povo, e posteriormente via Estado - dado que nem sempre o Estado representa os anseios da sociedade.

É relevante assinalar inclusive que no sentido de dialogar e perceber os desejos do povo, em relação aos bens que representam a sua identidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem tomando medidas direcionadas à melhoria deste inter-relacionamento, pois “[...] por mais que [eles] queiram parecer tecnicamente isentos, os órgãos de patrimônio oficiais têm um compromisso com a opinião pública e com ela tem a harmonizar o desejo do Estado e do povo” (CARSALADE, 2014, p. 251).

Horta (2002), a propósito, afirmou que:

O IPHAN, no âmbito federal, vem sendo adquirido na prática constante e cotidiana de seus dirigentes, técnicos e administradores, novos olhares sobre o patrimônio, transformando-se e renovando-se ao longo do tempo, de acordo com as mudanças na administração pública e na própria demanda da sociedade, tentando aproximar a equipe dos anseios da sociedade, entendendo o processo de identidade pelo povo, buscando comunicação e diálogo com as prefeituras e com as comunidades (HORTA, 2002, p. 41).

Por esse viés, se verifica que o patrimônio cultural assume importante papel no espaço público, na sociedade e na vida cultural do país. E sendo assim, é de extrema importância que pessoas realmente capacitadas assumam o papel de gestores em órgãos e instituições que atuam como salvaguardas do patrimônio para que a partir daí, elas possam promover maior interação e contato entre Comunidade-Patrimônio-Estado; afinal o governo federal e o IPHAN são os responsáveis pelo manejo dos recursos e instrumentos disponíveis para o desenvolvimento dos processos específicos de reconhecimento de um bem e da sua constante avaliação - (i)material e cultural -, além de assumirem iniciativas no sentido de buscar projetar a popularização da utilização dos bens culturais como instrumentos pedagógicos (HORTA, 2002).

Nesse sentido, no Brasil:

[...] vem apresentado uma forte crítica a ideias consolidadas de preservação no país. Embora essas críticas ainda não tenham totalmente se transformado em políticas públicas concretas, aqui e ali já se ensaiam ações nesse sentido, com avanços no entendimento sobre o papel do gestor, da sua formação e da sua equipe, sendo alguns resultados, por exemplo, os avanços nos estudos de nosso patrimônio material e, o imaterial (especialmente quando ligado à sustentabilidade do grupos que o guardam e produzem: os terreiros de candomblé e o queijo artesanal, por exemplo), além da busca da proximidade entre os órgãos e os dos gestores municipais sustentados pela formação de grupos e conselhos locais sendo capazes de apresentarem e representarem com respeito e qualidade o patrimônio do povo (CARSALADE, 2014, p. 201).

Aliás, para Horta (2020), ser gestor de um patrimônio ou de uma instituição que lida com tal dimensão da realidade, envolve a busca da promoção de uma coalizão dos interesses de diversos atores em prol da real intenção e manutenção (ou não) de um bem. Para a autora (2020, p. 03):

A palavra ‘gestor’, que pode ser sinônimo de ‘diretor’, ‘coordenador’ ou ‘responsável’ pelos serviços e pela administração de uma instituição museológica ou patrimonial, não se resume apenas, como pode parecer, ao exercício de uma ‘função de comando’, ao ‘dar ordens’ ou ‘determinar que as coisas aconteçam’, a um grupo de subordinados. A raiz etimológica deste termo nos remete ao verbo ‘gerir’, ‘manejar’, conduzir um processo através de instrumentos, mecanismos e procedimentos adequados para que se obtenha um resultado, um ‘produto final’, no mínimo satisfatório, e que atenda às intenções e expectativas de seus ‘promotores’ e de seus ‘usuários’. E hoje o que necessitamos é de pessoas capazes de aliar o interesse do Estado aos anseios do Povo e os anseios do povo que devem ser promovidos via Estado; não podemos perceber o Patrimônio por meios de instrumentos e intenções qualquer, de poderes centralizados e autoritários.

Mediante o exposto, o maior desafio para o gestor, no que concerne à segurança e compreensão do sentido de Patrimônio, e tendo em vista a dificuldade de permanência de projetos e pastas de governo, é assegurar a visibilidade do bem, revisando os projetos de suas promoções, recuperação e reavaliação, acionando, da melhor forma possível, os recursos disponíveis para tal buscando estabelecer parcerias e demonstrar confiança, abertura de diálogo e respeito às demandas da comunidade (IPHAN, 2012).

Os gestores, sabendo da dificuldade de fomento a programas e projetos pelos governos (federal, estadual e municipal), buscam (ou o deveriam fazê-lo) alternativas destinadas a amenizar os impactos das deficiências orçamentárias; e em alguns casos recorrem a empresas privadas que incentivam a manutenção e preservação do Patrimônio Cultural.

Nesse sentido, Horta (2002, p.14) destacou que:

Nos últimos anos, os museus e órgãos de patrimônio têm recorrido com sucesso aos mecanismos de patrocínio e mecenato para seus projetos de maior importância, e para os quais não se poderia contar apenas com recursos do governo federal. As leis de incentivo fiscal, as fundações de amparo à pesquisa e de apoio a projetos museológicos e patrimoniais (como a Fundação Vitae, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, e outras mais), os programas internacionais de financiamento, as parcerias com os órgãos estaduais e municipais na área da cultura, têm sido importantes instrumentos para a viabilização de projetos institucionais.

Vale ressaltar que é inegável a necessidade de se discutir a questão da formação e capacitação dos gestores de Patrimônio Cultural, entendidos como profissionais que visam garantir o cumprimento das metas estabelecidas pela instituição e mediadas pela própria demanda e expectativas despertadas na sociedade. Essa, talvez, seja a maior

lacuna no trabalho do gestor patrimonial, dado que a viabilização da participação da sociedade civil organizada envolve uma discussão acerca do papel do Estado e da sociedade como um todo, colocando em questão o sentido de isonomia, cidadania e formação de consciência crítica como itens de pauta importantes para a promoção do Patrimônio, se compreendermos a sua gestão como um gerenciamento assentado em uma cogestão participativa.

Então, participar da constituição e preservação, ou não, de um patrimônio, significa antes de tudo, protagonizar um exercício de cidadania, ao ponto de o indivíduo reconhecer-se, enquanto parte da história.

Nesta perspectiva, o cidadão seria motivado a interagir com o Estado, cumprindo os deveres impostos, mas, também reivindicando e construindo novos direitos. Ao afirmarmos isto, procuramos apontar os aspectos fundamentais envolvidos na preservação ou não de um patrimônio cultural, pois a sociedade, ao expressar os conceitos, qualidade e valores atribuídos à memória, cidadania e educação, estabelece critérios que determinam quais bens devem formar o conjunto denominado patrimônio cultural (SERRA, 2006).

É relevante assinalar inclusive que o texto constitucional, de 1988, instituiu o regime democrático de Estado de Direito e seu exercício pelo povo de forma direta ou indireta, propugnando a participação da sociedade na gestão pública, o que se explicita, especialmente, no parágrafo 1º do artigo 216 em que se destaca: “[...] o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, 1988, p. 11). A participação da população pressupõe, aliás, o direito de todos os envolvidos em tomar decisões, garantindo representatividade na gestão. E é significativo destacar ainda que embora o texto constitucional garanta a preservação do patrimônio cultural, ele não definiu quais são os bens que formam a identidade e a memória de um país. **Por essa razão, é que assume particular relevância a participação popular nessa discussão e na inserção de diferentes sujeitos na formação de grupos de trabalho num formato descentralizado de poder, ao garantir o direito do uso e da discussão política tendo em vista o futuro de um patrimônio** (IPHAN, 2018).

Entendemos que, para que haja uma confluência dos desejos do povo à legalidade das ações do Estado é necessário que se tenha mobilização social e que o povo apresente aos gestores (como do IPHAN e suas secretarias) suas reivindicações, desejos no que concerne às políticas culturais. No entanto, para que essa mobilização concretize-se há

de se ter clareza quanto aos usos sociais do patrimônio; compreendendo que esses usos sociais correspondem:

[...] aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela (ZANIRATO, 2009, p. 03).

Na perspectiva do reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens somam-se esforços, - de governo e comunidades -, e quanto mais coletivos e representativos forem tais processos, mais protegidos, reconhecidos e preservados serão os bens. Não obstante, há que se considerar a afirmativa de Canclini (2012), no sentido que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem. Isso acontece, pois em sociedades desiguais, a apropriação dos valores, evidentemente, se faz de modo desigual. Os conhecimentos, crenças e gostos dependem do modo como os grupos sociais acessam estes bens e se reorganizam em função deles, desde o processo de aquisição de conhecimento sobre o bem até o nível de acesso a eles que lhes é facultado.

Por isso, não é raro que objetos e saberes gerados pelos grupos que têm mais informação e acesso ao conhecimento acabem por ser considerados como bens patrimoniais. De acordo com Zanirato, (2009, p.05): “[...] esses grupos não só definem o que é digno de conservação, como ainda dispõem de condições para atribuir maior qualidade e refinamento a esse mesmo bem”. **A participação social desigual, entre o quantitativo e a real representatividade dos sujeitos de diferentes grupos sociais, evidentemente resulta em desiguais formas de envolvimento com a noção de bem cultural e ocasiona, nos grupos que não têm características em comum com o elemento colocado à condição de patrimônio, certo desprezo por sua conservação, pois tais atores não entendem o real motivo desta constituição.**

Este é um dos motivos que explicam, porque há, no Brasil, entendimentos tão diferenciados sobre os usos sociais do patrimônio, sendo compreensível que as classes populares, atingidas pela carência de moradias e envolvidas na urgência de sobreviver, se sintam pouco atraídas pela conservação dos bens; afinal, para as classes ditas subalternas, esses não se revestiriam de legitimidade e muito menos de sentido identitário, levando à pobreza da experiência com o patrimônio (SILVA, 2014).

Analisando as ideias de Benjamin (1985), e estabelecendo um paralelo entre suas ideias e as possíveis experiências que advém do patrimônio cultural, particularmente no

que é exposto em suas obras: *Experiência e Pobreza* (1933), *O Narrador* (1936) e *A Obra de Arte na era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1935)² – observamos que o autor deixa claro que a restrição do acesso e uso do patrimônio constrói a pobreza da experiência, sendo:

[...] apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois, qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não é o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorratamente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie, a existência do patrimônio sem o poder e vivenciá-la, de experienciá-la (BENJAMIN, 1985, p. 115).

É importante entender ainda que a construção social da identidade (como processo estritamente relacionado à legitimidade e experiência com o Patrimônio), é permeada por **relações de poder**. O sociólogo espanhol Manuel Castells (2008), aliás, destacou que a interface identidade-uso-experiência-legitimidade é criada e/ ou representada pelas:

- i. **Identidade Imposta:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; a exemplo do Estado;
- ii. **Identidade de Resistência:** construída por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim resistência e sobrevivência;
e;
- iii. **Identidade de Projetos:** no caso em que os atores sociais utilizam ~~de~~ qualquer prática ou discurso para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, ao buscar a sua transformação.

De acordo com Canclini (2012), o patrimônio ultrapassa o sentido de percepção de um bem como identidade imposta ou apenas legal, ele deve “[...] expressar a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam” (CANCLINI, 2012, p. 14). A sobrevivência desse legado só será assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população como algo que faz

² As obras destacadas estão condensadas no livro: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo (SP), Brasiliense, 1985.

parte de sua vida - valendo lembrar que o processo de visitas aos museus, parques, bem como o das viagens a locais tombados e detentores de bens são, infelizmente, restritos a um pequeno grupo social, uma vez que, para tal imersão, muitas vezes, é imprescindível custear todo o processo, ao levar em consideração, em primeiro lugar, uma questão básica: muitos locais cobram valores monetários para propiciarem acesso ao bem (ZANIRATO, 2009).

Ressalte-se ademais que ao reconhecer o valor histórico e artístico dos bens, não se deixa de observar que a sua escolha como patrimônios excluía- e ainda exclui-, a possibilidade de que outros tenham de ser compreendidos como representativos da cultura e da identidade social e sejam igualmente conservados pela ação do Estado. E é por isso que a história passou, gradativamente, a reconhecer (como resultado de lutas populares) a importância de todos os agentes sociais no processo de discussão, com poder de igualdade, do que é Patrimônio, rompendo lentamente com a homogeneização de tombamentos de bens que tinham como pano de fundo unicamente as expressões e realizações das elites. Do mesmo modo, é possível afirmar que: “[...] os patrimônios diferem de cultura em cultura e devem ser formulados dentro de cada âmbito cultural, respeitando a diversidade de uma comunidade” (ALVES, 2014, p. 79).

Essas alterações de noção de pluralidade e representatividade advindas de um patrimônio fizeram com que as classes antes excluídas passassem a ter (mesmo que gradativamente) a sua participação concretizada na formulação do que é considerado patrimônio- e, como resultado, o que deve ser preservado-, uma vez que: “[...] o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular” (ZANIRATO, 2009, p. 06). Com isso, se observa que houve um distanciamento das concepções classificatórias e elitizadas do patrimônio e surgiu uma tendência de reconhecimento que as obras consideradas tendenciosamente como simplórias ou com ineficiente complexidade para a ciência, adquiriram, com o tempo, um significado e legado cultural expressivos, passando a compor o elenco de bens culturais (JEUDY, 2005).

A Urgência da implementação de uma efetiva Educação Patrimonial

Comprendemos que a cidadania e a educação são dimensões da realidade com papel fundamental no processo de construção de sociedades em que a democracia e a isonomia de direitos possam assumir um papel efetivo (e decisivo), especialmente, em se tratando das dinâmicas concernentes a elementos que representam o legado identitário

nacional. Como já mencionado, destacamos a importância fundamental da participação popular e do acesso à informação como elementos-chave para estabelecer a relação de diálogo entre comunidade e governo, resultando na compreensão ampla e sustentável no que concerne às dimensões da percepção e preservação do patrimônio (CANCLINI, 2012).

É pertinente observar, contudo, que embora os princípios para a sobrevivência patrimonial remetam à participação e protagonismo sociais, verifica-se que a **participação popular nas decisões relacionadas à política patrimonial no Brasil historicamente tem sido consideravelmente reduzida** (SERRA, 2006). E mesmo que tenha ocorrido um aumento do contingente de pessoas envolvidas em projetos de promoção e proteção patrimonial, nas composições de Conselhos Patrimoniais e outros, prevalece o desinteresse e a desconhecimento sobre tais conselhos e uma maneira de tornar essa realidade diferente é a oferta de acesso à população, de programas de educação patrimonial que:

[...] é um instrumento valioso e para isso deve visar a mudança de mentalidades a respeito da importância da manutenção de símbolos que expressam as memórias e as histórias vividas e da necessidade de salvaguardar a natureza e seus recursos, pois esses são finitos e essenciais à sobrevivência do homem no planeta (ZANIRATO, 2009, p. 149).

E é sugestivo notar inclusive que a educação transparece, a propósito, como o meio capaz de auxiliar os indivíduos a participar das discussões e decisões sobre a questão patrimonial, em um contexto marcado por interesses conflituosos. Afinal, “[...] a dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. E assim, os espaços de formulação de políticas onde a sociedade civil participa, são espaços marcados pelas contradições e tensões” (JACOBI, 2007, p. 242).

Cabe ao cidadão aprender a lidar com os conflitos e se fortalecer na coletividade para conseguir representatividade para:

[...] se contrapor aos interesses contrários às políticas de conservação patrimonial e o compromisso com a conservação é resultado de uma população organizada e informada de maneira correta, preparada para conhecer, reclamar seus direitos e sua responsabilidade (ZANIRATO, 2009, p. 14).

Ressalte-se que a educação, segundo Maturana (1998, p.34), seria um meio de “[...] aprender a olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser em harmonia, sem submissão”. E, por esse meio viabilizar-se-ia um discernimento quanto aos usos sociais do patrimônio de modo a assegurar a proteção social dos bens culturais e naturais. É nesse sentido que Zanirato (2009) destaca ainda que os usos

sociais equivalham aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade, pois:

[...] pelo acesso ao patrimônio o sujeito consegue promover a identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade, e a educação, visando à participação, se efetiva no reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens e nos esforços comuns para sua conservação. A representação e identificação com esses bens é um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial (ZANIRATO, 2009, p. 14).

Deste modo, é sugestivo pontuar que, no contexto do patrimônio cultural, as ações educativas criativas devam ser desenvolvidas pelos órgãos, institutos culturais governamentais em parceria com as escolas e entidades privadas, ao considerar que a preservação do patrimônio cultural passa necessariamente pelo reconhecimento do patrimônio como referencial para a identidade do grupo e do indivíduo em um determinado tempo (BRASIL, 2012).

Valorizar o patrimônio vai, portanto, além do respeito aos monumentos, obras de arte, museus, por exemplo. E, assim, o que denominamos de patrimônio cultural vincula-se às pessoas e à sua ação, às histórias, hábitos e expressões, realidades que pertencem ao passado da população e cujos vestígios ainda fazem parte do seu cotidiano. Preservar é uma atualização constante da memória e dos valores que definiram aquele objeto ou expressão cultural como representativos do **patrimônio da coletividade que é debatido, discutido e (re)elaborado por meio da educação, rompendo com a lógica do totalitarismo patrimonial, a museificação da cultural e com ele a redução potencial simbólica** (JEUDY, 2005).

Deve-se construir uma relação social abrangente entre o homem e o patrimônio, ao ponto de:

Promover o patrimônio apresentando diferentes manifestações históricas e grupos sociais, garantindo a presença de bens exemplares ao lado dos excepcionais, privilegiar não apenas o bem isolado, mas também o contexto e as forma de sua sobrevivência. Deve se inserir no esforço de desenvolvimento patrimonial o sentido da vida, da econômica e da nação, para assim o patrimônio ser legitimado pela sociedade, sendo reconhecido democraticamente e se inserindo no cotidiano das populações, evitando-se ser um baú de memória (CARSALADE, 2014, p. 201).

Preservar tem um sentido mais propositivo e crítico; e em contraposição à aceção de imutabilidade do bem, deve-se debater, inclusive, a preservação como possibilidade de identidade em transformação, porque “[...] a preservação não está somente na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de

mudar junto com as mudanças socioculturais. Com aquilo que o povo deseja e entende como patrimônio” (CARSALADE, 2014, p. 263).

Por esse viés, devemos certamente superar, romper com a ideia de simplesmente apresentar o patrimônio, na medida em que somos capazes de interpretar e traduzir diversos códigos culturais em metodologias e ações que aproximarão os bens do público, pois “[...] essas referências identitárias, muitas vezes locais, são importantes em espaços de experimentação, que não têm que acontecer necessariamente no museu, mas que podem ter desdobramentos infinitos que o impactam” (BRASIL, 2012, p. 42).

De fato, deve-se reconhecer que todo lugar tem e promove cultura; todo lugar tem elementos que se apresentam como patrimônio cultural e quando se traz esse aprendizado para a população, domiciliada numa determinada região - a exemplo de uma comunidade vulnerável socioeconomicamente -, estamos colaborando para o combate aos preconceitos e intolerâncias culturais (ao mostrarmos que não existe só uma maneira de viver e interpretar o mundo). A ação educativa abrange, nesse sentido, dois aspectos primordiais: *i*) o conhecimento técnico e histórico do bem, e *ii*) o despertar afetivo que faz emergir o reconhecimento de um bem e a sua valorização como elemento comum a um grupo/povo (BRASIL, 2012).

Vale registrar que a educação patrimonial é absolutamente útil e necessária e dela emergem novas concepções de cultura, aumentando o leque de bens patrimonializáveis. Ações acopladas a tal modalidade de educação podem, aliás, ser promovidas e implementadas em qualquer espaço e a partir do acionamento/ adoção de diferentes metodologias ativas, como oficinas, projetos de extensão³, minicursos, palestras, jogos lúdicos, roteiros e circuitos culturais populares, desde que a linguagem e os recursos utilizados no desenvolvimento de tais iniciativas/ procedimentos sejam de fácil compreensão e manejo para o público ao qual se destinam (BRASIL, 2012).

Outra forma de problematizar e internalizar a importância do patrimônio se faz a partir da operacionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96) que indica em seu artigo 26, que os currículos do ensino fundamental, médio devam observar/considerar as características regionais, locais da sociedade e da cultura, porém:

³ Vale destacar o trabalho da Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (Universidade Federal do Pará) que atua como multiplicadora da educação patrimonial, com iniciativas em promoção e gestão compartilhada do patrimônio (governo, escola, comunidade, universidade e o turismo), através do projeto, **Roteiros Geo-turísticos** - Conhecendo o Centro Histórico de Belém (PA), referendado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN, 2019).

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio (ARROYO, 2005, p. 32).

Logo, a educação patrimonial constitui em si, um item de pauta importante nos espaços escolares formais e informais - valendo destacar o uso dos patrimônios com interação e preposição pedagógicas, pois nada impede que um patrimônio sirva como local de recriação, área de convivência gratuita, local de aprendizado -, a partir da adoção de metodologias ativas e colaborativas para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que **promovam a construção da noção de patrimônio pelo próprio aluno-cidadão**. Essa compreensão nos permite pensar ainda em propostas educativas que procurem relacionar educação escolar e patrimônio cultural de maneira plural; e que, de certo modo, apontem para uma desnaturalização da ideia de patrimônio já consagrada e constantemente associada a uma cultura da elite (ARROYO, 2005).

Ao ampliar os sentidos de patrimônio provocamos o aluno de modo que ele venha a considerar seus familiares, sua comunidade escolar, seu município, como elementos pertinentes para a constituição de uma reflexão sobre identidades e para a construção da cidadania, uma vez que, podemos levá-lo, nesse sentido, a (re) pensar o seu cotidiano e lugar, no que concerne à proposição e construção, por exemplo, de um inventário de bens locais (ALVES, 2014). E, quando falamos em:

[...] inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social, estamos falando em identificar suas referências mais próximas, descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo, identificando o que é cultura para si mesmo, trazendo essa discussão para dentro da casa de cada brasileiro (BRASIL, 2012, p. 11).

Nesse contexto de discussão e reflexão, detecta-se ainda que a Educação Patrimonial passa a ser percebida como um instrumento de alfabetização cultural que pode possibilitar ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da geograficidade humana. Este processo- vale notar-, eleva a autoestima dos indivíduos e da comunidade, além de promover a valorização da cultura brasileira como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Importa registrar, sobretudo, que a educação é uma prática sociocultural, e, nesse sentido:

Pode-se falar no caráter indissociável da educação e da cultura ou ainda na inseparabilidade entre educação e patrimônio. Não há hipótese de se pensar e

de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão 'educação patrimonial' constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar em 'educação educacional' ou 'educação cultural' (TOLENTINO, 2013, p. 30).

Compreende-se ademais que é inegável que os patrimônios culturais desempenham, nesse sentido, um importante papel no fomento de consciência pessoal e coletivo, notadamente no que diz respeito à construção e representação de identidades locais, regionais ou nacionais, ao serem utilizados como instrumentos pedagógicos, ideológicos, políticos. Devemos sinalizar o valor cultural de cada bem, o significado da arte e como ela está inserida na comunidade como marca do Homem, o que estimula a percepção de vida (biológica e social) e fomenta um olhar crítico sobre o meio. Pois, conhecer o passado só se torna possível quando compreendemos o presente e essa relação nos ajuda a construir uma visão de mundo que aponta, por sua vez (poderíamos dizer, dialeticamente) para o futuro (ZANIRATO, 2009).

Podemos firmar por fim que o patrimônio ganha efetivamente notoriedade, legitimidade e sustentabilidade quando ele é ancorado no seu reconhecimento pelo ~~seu~~ povo; bem como ao ~~ter~~ assumir este patrimônio, um uso social (intencional ou não), por meio da implementação de uma ~~real~~ educação patrimonial assertiva, eficaz... E naturalmente contando-se, nesse contexto, com o Estado enquanto ~~um~~ agente provedor de todos os processos aí envolvidos para que ele articule uma gestão compartilhada (entre conselhos e outros órgãos populares) a qual respeite o bem em sua esfera legal, reconhecendo necessariamente a diversidade desse(s) bem(s) e levando em consideração as singularidades e pluralidades do povo que se apropria de determinado território (e as suas histórias/memórias, dotadas de inestimável valor).

Considerações Finais

Percebe-se a necessidade do diálogo e (des)construção conjunta de parte dos governos, órgãos, institutos, departamentos, coordenadorias, gerencias, fundações, superintendências, secretarias, conselhos e afins que respondem pela preservação do Patrimônio Cultural em parceria com a sociedade civil, pautados em um projeto de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio que abarque a variedade de identidades e povos/ comunidades, possibilitando ao sujeito-cidadão fazer a leitura do mundo que o rodeia, de forma que possa ser levado à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

E torna-se urgente a transposição didática da Educação Patrimonial na escola (e nos locais e lugares possuidores de bens tombados e ou inventariados), envolvendo a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens e das pessoas que formam o patrimônio cultural, e que, muitas vezes, estão inseridos no próprio lugar/ambiente vivido (e que, por vezes, são negligenciados ou até mesmo naturalizados no processo).

Vale frisar que a Educação Patrimonial faz parte do currículo como tema transversal e deve integrar-se ao conteúdo das diversas áreas do Conhecimento com o propósito de proporcionar aos discentes, e suas famílias, a possibilidade de conhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural, atentando, ainda, para o conhecimento destes patrimônios (e de outros que venham a reconhecer no ato da investigação educacional), e fomentando o debate coletivo e democrático acerca da relevância da sua identidade (e dos seus); simultaneamente devendo se atentar ainda para a adoção de uma gestão participativa como estratégia e tendo como recurso de luta, o diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais em busca de uma construção e consciência efetiva da comunidade detentora das referências culturais (diversas, plurais e, cada vez, mais populares).

Heritage education, management and use: who from heritage and for whom?

Abstract: This article aims to highlight the importance of the use and management of cultural heritage and the urgency of the implementation of a more efficient and assertive heritage education. To this end, it was used as methodology: bibliographic reworking dealing mainly with the following topics: memory, heritage and education. We can observe that there is a need for dialogue and joint (de)construction between governments, agencies, institutes, departments, superintendencies, secretariats, councils and other organisms that are responsible for preserving the Cultural Heritage in partnership with civil society, based on a project of policies for identification, recognition, protection and promotion of the heritage in such a way as to promote it, providing protection and promotion of the heritage in order to embrace the variety of identities and peoples as well as enabling the subject-citizen to read the world around him/her, leading him/her to understand the sociocultural universe and the historical-temporal trajectory in which he/she is inserted in a broader (socially discussed in the school and community context), critical, and propositional way.

Keywords: Heritage. Memory. Identity. Education. Society.

Gestión, uso y educación patrimonial: ¿el patrimonio de quién y para quién?

Resumen: Este artículo pretende destacar la importancia del uso y gestión del patrimonio cultural y la urgencia de desarrollar, con mayor eficacia y asertividad, programas de educación patrimonial. Para ello, la metodología utilizada ha sido una reelaboración bibliográfica que ha tratado principalmente los siguientes temas: memoria, patrimonio y educación. Es necesario el diálogo y la (de)construcción conjunta entre gobiernos, agencias, institutos, departamentos, superintendencias, secretarías, consejos y similares, responsables de la preservación del Patrimonio Cultural en colaboración con la sociedad civil, a partir de un proyecto de política de identificación, reconocimiento, protección y promoción del patrimonio de forma que se potencie, protección y promoción del patrimonio para abarcar la variedad de identidades y pueblos, permitiendo al sujeto-ciudadano leer el mundo que lo rodea para llevarlo a comprender el universo sociocultural y la trayectoria histórico-temporal en la que está inserto de manera más amplia (socialmente discutida en el contexto de la escuela y la comunidad), y también crítica y propositiva.

Palabras clave: Patrimonio. La memoria. La identidad. Identidad. Educación. La sociedad.

Referências

ALVES, Rahyan de Carvalho. “**Topofilia, turismo e a releitura do lugar**”: uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG. 325f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), 2014.

ALVES, Rahyan de Carvalho; SILVA, Adília Jardim; DEUS, José Antônio Souza. **Ser na Contemporaneidade: Paisagem, Lugar e Memória**. Belo Horizonte (MG): Sangre, 2019.

AMIROU, Rachid. **Imaginaire du tourisme culturel**. Paris: PUF, 2000.

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? *In: Revista Outro Olhar*, nº. IV, n. 4, pp. 26-39, outubro de 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo (SP), Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 01 de julho de 2021.

BRASIL. **Educação Patrimonial e o IPHAN**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2012.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo (SP): EdUSP, 2012.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo: Arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte (MG): EdUFMG, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina & MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília (DF): IPHAN, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A gestão dos museus e do patrimônio cultural. *In: Ciências e Letras* (Porto Alegre). v.31, pp.33 - 52, 2002.

IPHAN. **Diamantina**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília (DF): IPHAN, 2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais: Bases Conceituais**. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial**, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/4>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JACOBI, Pedro & BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, julho/dezembro, pp. 242-261, 2007.

JEUDY, Henri Pierre. **O espelho das cidades**. Rio de Janeiro (RJ): Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, imagem e espaço*. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.09-28.

MATURANA, Humberto. **O que é educar**. 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitoshtml>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *In: [Anais... vol.2] I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto (MG), 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo (SP), n 10, pp.27-46, dezembro, 1992.

OLIVEN, Ruben. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008.

PAES, Maria. Tereza. Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *In: GeoUSP – Espaço e Tempo*, v. 2, n 13, p. 667-684, dezembro, 2017.

RAMOS, Silvana. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. *In: Turismo e Sociedade*. Curitiba (PR), v.6, n. 12, pp.26-38, 2017.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. **Gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Bahia**. 237f. Dissertação em Geografia. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo (SP): Hucitec, 1988.

SERRA, Daniela Campos de Abreu. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto: o CONPPAC/RP**. 2006. 259 f.

Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Carlos (SP), 2006.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN:** instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 124f. Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum:** Estudos sobre cultura popular. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2005.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial:** educação, memórias e identidades. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN na Paraíba. João Pessoa (PB): IPHAN, 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *In: Revista Patrimônio e Memória* v. 5, n. 1, pp. 137-152, 2009.

Sobre os autores

Rahyan de Carvalho Alves - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa GECES. Professor Efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

José Antônio Souza de Deus - Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor Associado do Instituto de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais – IGC/UFMG. Coordenador do GECES – Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos.

Recebido para publicação em abril de 2022

Aceito para publicação em fevereiro de 2023